

CADERNOS DA



fceca
PUCCAMP

V. 2 N° 2 1993

CADERNOS DA FCECA

Diretor Responsável: Prof. José Geraldo Souza Carreira

Editores Responsáveis: Prof. José Homero Adabo e
Profª Dalva Maria Bertoni Bedone

Conselho Editorial

Prof. Antonio Marcos Favarin
Profª Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa
Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto
Prof. Jorge Américo Silva Machado
Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa
Prof. Mário Presente

Revisão

Profª Terezinha da Conceição Vitti Favarin

Divulgação

Maria Augusta Amaeing Langbeck

Tiragem

3.000 exemplares

Direitos e Permissão de Divulgação

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FCECA- PUCAMP. É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FCECA - PUCAMP
Campinas - SP
CEP: 13020-904
Telefone: (0192) 52-0899 - Ramal 299

Editoração Eletrônica: Graffos - Tel.: (0192) 42-2843

Capa: Aniger Duarte

Impressão: Departamento de Composição e Gráfica da PUCAMP.

cadernos da fceca

V. 2, N. 2, JUL./DEZ. DE 1993

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
FCECA - PUCCAMP

SUMÁRIO

Editorial 3

ARTIGOS

Salário mínimo e renda "per capita"
Cândido Ferreira da Silva 5

As metamorfoses conceituais da concorrência
Fernão Pompêo de Camargo Neto 10

Utilização da Rais para avaliação do potencial de consumo no interior paulista
Paulo de Martino Jamuzzi 15

Fixação dos preços e inflação
Fernando Nogueira da Costa 23

Por uma abordagem econômica não reducionista
Roberto Guena de Oliveira 29

OPINIÕES

A profissão de economista: senso comum, compromisso político e problemas da formação
Alcebiades Godoy Espindola e Lineu Carlos Maffezoli 35

ISSN 0104 - 1495

EDITORIAL

É com satisfação que a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FCECA) da PUCAMP oferece ao seu público leitor o terceiro número de CADERNOS DA FCECA. Para a Faculdade é motivo de orgulho caminhar no sentido da consolidação de uma revista.

O primeiro artigo "Salário Mínimo e Renda Per-Capita", apresenta uma análise da política de fixação do salário mínimo para o Brasil, evidenciando a sua relação à renda per-capita, a partir de dados de "cross-section". O artigo "As Metamorfoses Conceituais da Concorrência" analisa os conceitos de concorrência dentro da dinâmica do sistema capitalista. Chama a atenção para a questão da competição mais acirrada entre os modernos conglomerados industriais, na disputa pela apropriação do excedente econômico, contrapondo-se à simples visão concorrencial atomística, proposta pelos neoclássicos.

Em seguida, o artigo "Utilização da RAIS para Avaliação do Potencial de Consumo no Interior Paulista" discute questões metodológicas ligadas à utilização dos dados estatísticos obtidos a partir da RAIS, como um indicador de potencial de mercado.

O quarto artigo "Fixação de Preços e Inflação" sistematiza várias teorias de preços relativos e do próprio nível geral preços. Além de abordar questões teóricas, faz uma apreciação sobre as práticas de formação de preços na economia brasileira.

Uma crítica à abordagem oferecida pela economia convencional é tratada no artigo "Por uma Abordagem Econômica Não Reducionista". Questiona a visão reducionista da economia, por consistir, dentre outros fatores, em reduzir fatos estritamente sociais a fundamentos essencialmente não sociais.

Na sessão "OPINIÕES", o artigo "A Profissão de Economista: Senso Comum, Compromisso Político e Problemas de Formação" levanta a questão do perfil do economista que está sendo formado a partir do novo currículo, em vigor desde 1985 e a responsabilidade das faculdades com a formação deste profissional.

Neste número, CADERNOS DA FCECA está abrindo espaço para autores de outras Faculdades. Esperamos com isto fortalecer os vínculos da revista, por aprofundar o pluralismo de abordagem, característica sempre presente em nosso ambiente acadêmico, manifestada também nesta publicação, desde o seu primeiro número.

Como inovação editorial, estamos criando a sessão "OPINIÕES", que contará com artigos breves, de caráter crítico-descritivo, sobre temas relevantes nas áreas de atuação dos cursos ministrados pela FCECA.

Esperamos receber sugestões dos nossos leitores, para que possamos continuar trazendo contribuições nas áreas de economia, contabilidade e administração e com isto sedimentando os laços de compromisso da FCECA com a comunidade, quanto à qualidade de seus cursos.

SALÁRIO MÍNIMO E RENDA "PER CAPITA"

Cândido Ferreira da Silva¹

1 - INTRODUÇÃO

A aceitação da idéia de que o produto "per capita" (ou renda "per capita") de um país é indicador de produtividade de fatores dá suporte à formulação de metas de políticas salariais, como a especificada na Lei n.8.700 de 27/8/93, que dispõe sobre a política nacional de salários. Referida lei, em seu artigo 2º, estabelece que os aumentos reais do salário mínimo não poderão ser inferiores aos aumentos do produto "per capita" do país, reconhecendo, de certo modo, que deve existir uma relação economicamente consistente entre salário mínimo e renda "per capita".

Por outro lado, políticos e autoridades governamentais, reconhecendo o baixo nível do salário mínimo do nosso trabalhador, há tempos vêm discutindo a conveniência da fixação de um salário mínimo real de 100 dólares, o que, além de mais justo, estaria de acordo com as possibilidades de nossa economia.

O propósito deste trabalho é avaliar, a partir de dados públicos disponíveis para um grupo de países selecionados, inclusive o Brasil, o grau de correlação existente entre salário mínimo (Y) e renda "per capita" (X), em economias ditas de mercado, objetivando estabelecer uma possível regra entre estas variáveis e verificar a posição do nosso país, relativamente a essa regra, sob a hipótese de que o salário mínimo real é uma variável endógena e que os políticos, quando fixam o seu valor nominal, acabam, de algum modo, se submetendo a essa realidade. Para tanto, seguindo procedimentos comuns, foram especificadas três equações de regressão simples, as quais foram estimadas pelo método dos mínimos-quadrados, com uso do programa "The Econometric Software Package" (ESP):

$$Y = a + bX + d \quad (1)$$

$$Y = mX^k e^u \quad (2)$$

$$Y = bX + d' \quad (3)$$

("a", "b", "k", "m" - parâmetros; "e" - base logarítmica)

("d", "d'", "u" - variáveis aleatórias)

Os dados utilizados encontram-se na Tabela 1 e foram extraídos da secção "Indicadores Econômicos Internacionais" do jornal Folha de São Paulo (25.07.93), publicados semanalmente, tendo como fontes relatórios do Banco Mundial, da ONU e de outros organismos e entidades internacionais.

1 Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCCAMP. Doutor em Economia pela PUCCAMP.

Foram considerados nove países pertencentes ao chamado Primeiro Mundo e sete países da América Latina. O Japão foi excluído em virtude do dado relativo a salário referir-se ao salário médio do setor industrial.

Os valores de renda "per capita" e salário estão expressos em dólares norte-americanos correntes.

TABELA 1 - Dados Internacionais de Salário Mínimo e Renda "Per Capita" (*) US\$		
PAÍS	SALÁRIO MÍNIMO	RENDA "PER CAPITA"
Dinamarca	15.900	23.660
Holanda	12.900	18.560
França	12.600	20.600
Canadá	11.040	21.260
Estados Unidos	7.956	22.560
Reino Unido	7.488	16.750
Espanha	7.116	12.460
Itália	6.000	18.580
Portugal	3.720	5.610
Paraguai	1.800	1.210
México	1.524	2.870
Venezuela	1.260	2.630
Argentina	1.176	2.780
Chile	1.116	2.160
Uruguai	996	2.860
Brasil	828	2.920

(*) Valores anuais

2 - CORRELAÇÃO ENTRE SALÁRIO MÍNIMO E RENDA "PER CAPITA"

Na Tabela 1, os países foram ordenados segundo valores decrescentes do salário mínimo, podendo-se observar uma estreita correlação entre salário mínimo e renda "per capita". Por este critério, o Brasil ficou situado em 16º e último lugar, embora na classificação por renda "per capita" deva estar em 10º lugar, o que, desde logo, evidencia uma alta discrepância entre nível de renda "per capita" e nível de salário mínimo em nosso país.

Na Tabela 2, encontram-se as saídas das regressões estimadas.

TABELA 2 - SAÍDAS DAS REGRESSÕES

Discriminação	Equações		
	1	2	3(*)
Constante (c)	3,45	-0,15560	-
Erro-padrão (c)	840,67	0,87373	-
Estatística do "t"	0,00	-0,17810	-
Erro-padrão Y'(**)	2.058,24	0,40259	1.988,45
R ao Quadrado	0,85	0,87	0,85
Nº Observações	16	16	16
Graus de Liberdade	14	14	15
Coefficientes (X) (***)	0,53	0,94	0,53
Erro-padrão	0,06	0,098	0,035
Estatística do "t"	8,77	9,63	14,85
Durbin-Watson (DW)	3,01	1,90	3,01

(*) Estimada a partir dos logaritmos das variáveis.

(**) Erro-padrão da regressão.

(***) Significativos no teste do "t" ao nível de 1%.

Como era esperado, os coeficientes de determinação (R²) obtidos são altamente expressivos: 0,85 na equação 1, 0,87 na equação 2 e 0,85 na equação 3. Os coeficientes de declividade são estatisticamente significativos ao nível de 1% nas três equações, não ocorrendo o mesmo com as constantes, estatisticamente não significativas, em qualquer nível de confiança relevante.

Por outro lado, o parâmetro "k", da regressão 2, não é, estatisticamente, diferente de 1 no teste do "t", ao nível de 1%. Isto significa que a elasticidade-renda da função salário mínimo pode ser aceita como unitária, sendo, então, as variações do salário mínimo tomadas como diretamente proporcionais às variações da renda "per capita". Estes resultados nos permitem aceitar a equação de regressão 3 estimada ($Y' = m'X = 0,53X$) como representando, adequadamente, a relação entre salário mínimo e renda "per capita", na amostra em consideração. A estatística "DW" de Durbin Watson, entretanto, indica correlação serial negativa nos resíduos das equações 1 e 3, sugerindo uma possível inadequação da especificação linear para o caso². A aplicação de transformações auto-regressivas às variáveis das equações 1 e 2, segundo a técnica iterativa de Cochrane-Orcutt, com novas estimações das

2 No cálculo da estatística "DW" de Durbin-Watson, a variável explicativa renda "per capita" foi ordenada. Para o uso do teste em séries não temporais, ver C.F. Christ, "Econometric Models and Methods".

referidas equações, atenuou o problema, como pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3 - SAÍDAS DAS REGRESSÕES CORRIGIDAS

Discriminação	Equações(*)	
	1	3
Constante (c)	37,39	-
Erro-padrão (c)	346,95	-
Estatística do "t"	0,11	-
Erro-padrão Y'(**)	1.466,45	1.413,74
R ao Quadrado	0,92	0,92
Nº Observações	15	15
Graus de Liberdade	13	14
Coefficientes (X) (***)	0,51	0,51
Erro-padrão	0,03	0,01
Estatística do "t"	20,34	35,30
Durbin-Watson (DW)	2,88	2,88

(*) Com transformações auto-regressivas das variáveis

(**) Erro-padrão da regressão

(***) Significativos no teste do "t" ao nível de 1%

Os valores da estatística "DW" indicam, agora, inexistência de correlação serial nos resíduos, ao nível de significância de 1%, e os demais resultados confirmam os resultados anteriores, com aumento dos R² e dos valores dos "t".

3 - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Embora reste uma melhor qualificação dos dados, principalmente dos salários mínimos dos vários países, é inequívoca a correlação entre níveis de renda "per capita" e salário mínimo.

O disposto no artigo 2º da Lei n.8.700 está de acordo com os resultados e testes das equações de regressão estimadas, pois vimos que podemos aceitar a hipótese de que as variações do salário mínimo são diretamente proporcionais às variações da renda "per capita", isto é, ambas as variáveis crescem à mesma taxa.

Por outro lado, tendo em conta que a relação entre salário mínimo e renda "per capita" não é, estatisticamente, diferente de 1/2 nas regressões estimadas — ou seja, em média, o salário mínimo dos países considerados é igual à metade da sua renda "per capita" — poderíamos tomá-la como referência, no estabelecimento de regras para a fixação do salário mínimo do nosso país. Neste caso,

a proposta de elevação do salário mínimo para 100 dólares ficaria aquém dos quase 122 dólares que seriam calculados para o Brasil ($US\$2920/12 \times 0.5$), mostrando que, além de justa e consistente, a proposta poderia ser melhorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, Lei nº 8.700. Diário Oficial, 30 de agosto de 1993.

CHRIST, C.F., *Econometric Models and Methods*, Nova York, John Wiley & Sons, Inc., 1967.

COCHRANE, RONALD, & ORCUTT, GUY H., *Application of Least Squares Regression to Relationships Containing Auto-Correlated Terms*, Journal of the American Statistical Association, Vol 44, no.245, 1949.

AS METAMORFOSES CONCEITUAIS DA CONCORRÊNCIA

Fernão Pompêo de Camargo Neto¹

Só se pode desenvolver uma análise sistemática da evolução de uma economia capitalista quando se tem por referencial algum conceito de concorrência².

Para os clássicos, há uma identificação de concorrência com mobilidade de capital. Dentro da visão liberal que os caracteriza, a noção de concorrência vincula-se à de livre mobilidade dos capitais, os quais, buscando a sua máxima valorização, deslocam-se de áreas de atividade em que a rentabilidade das aplicações é baixa para aquelas que, no momento, apresentem mais alta rentabilidade. A interdependência dos agentes, que resulta da busca da máxima rentabilidade por parte de seus capitais mercantis, conduz ao estabelecimento de uma tendência à formação de uma taxa de lucro uniforme.

Entre os neoclássicos, a visão de concorrência, vinculada ao atomismo — "a 'perfeição' essencial da concorrência perfeita"³ —, é paradigmática. Partem eles da suposição de que as condições de livre mobilidade do capital são mais plenamente estabelecidas quando há uma multiplicidade de pequenos produtores disputando entre si um mesmo mercado, e de que, à medida que o número de empresas atuando num mercado (ou indústria) se reduz, isso implica na redução da concorrência, até que, no caso extremo, numa situação de monopólio, verifica-se a ausência de competição.

Na visão de Marx, a concorrência tende a decrescer com o desenvolvimento capitalista. Para ele, "a batalha da concorrência é conduzida pelo barateamento dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e esta da escala de produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos. (...) A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam"⁴.

A concepção de concorrência de Marx, todavia, aparece de forma mais cabal nos capítulos 10 e 11 do Livro I de *O Capital*. Para ele, é a busca de lucros extraordinários que motiva os capitais

1 Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCCAMP. Doutorando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

2 cf. James A. Clifton, *Competition and the Evolution of the Capitalist Mode of Production*, pg. 137

3 Clifton, op. cit., pg. 137

4 Karl Marx, *O Capital*, Livro I, pg. 727

a se moverem no sentido de procurarem desenvolver atividades, produtos e processos novos. Visando sua máxima valorização, o capital, de acordo com o que lhe seja conveniente ou necessário, busca adequar, através de sucessivas transformações (rupturas), sua estrutura técnica, o que resulta em mudanças na divisão social do trabalho, diferenciação progressiva da estrutura de produção, abertura de novos mercados, ampliação das escalas de produção (concentração do capital), centralização do capital e a busca, no exterior, de novos espaços para a sua valorização (internacionalização do capital). É, assim, da tensão gerada pelas rupturas que tem origem o movimento que propuliona o sistema capitalista em seu processo evolutivo.

Para Hobson não há uma redução, mas, sim, uma ampliação da concorrência à medida que crescem as escalas produtivas⁵.

Também Schumpeter, apesar de ter ido buscar em Marx a essência de sua visão sobre a dinâmica do capitalismo, contrariamente a este, não vê na progressiva concentração da produção um indício da perda da competitividade dos capitais na busca de sua crescente valorização e, tampouco, uma ameaça à sobrevivência do capitalismo. Schumpeter vê a grande empresa como o próprio motor do progresso capitalista. Para ele, o capitalismo se constitui num processo essencialmente evolutivo que, pela sua própria natureza, é indutor de mudança econômica, não só estrutural, mas, também e especialmente, qualitativa.

Na ótica de Schumpeter, uma análise do sistema capitalista deve ser concentrada sobre a forma como ele se transforma e não sobre como ele se reproduz. O que interessa captar é como o capitalismo cria e destrói estruturas.

É, especialmente, no âmbito da produção que ocorrem eventos que desencadeiam e mantêm o movimento da máquina capitalista, acarretando isto, muitas vezes, profundas transformações dos sistemas produtivos. Entre esses eventos, estão: a introdução de novos bens de consumo, a concepção de novos métodos de produção ou de transporte, a abertura de novos mercados domésticos ou estrangeiros, a obtenção de novas fontes supridoras de matérias primas e a criação de novas formas de organização industrial pelas empresas capitalistas. Para que isto ocorra, há a necessidade de que entre em ação uma "força econômica" mais fundamental⁶, fruto da rivalidade que grassa no capitalismo, que é a inovação. A introdução de inovações no sistema econômico se constitui num "ato empresarial" (empreendimento), cujo executor se chama "empresário". O empresário é, pois, para Schumpeter, o agente transformador do sistema capitalista

Na visão schumpeteriana, a concorrência que efetivamente tem lugar na economia capitalista não é aquela que — como era concebida na visão neoclássica — se processa entre pequenas empresas produtoras de um mesmo produto, mas a que se trava através da contraposição de novas mercadorias àquelas que vinham sendo oferecidas no mercado, da utilização de novas tecnologias de produção, da conquista de novas fontes fornecedoras de insumos, da ocupação de novos mercados e do estabelecimento de novos tipos de organização industrial. A esse processo concorrencial — desencadeado e realimentado pelas inovações — que, de forma incessante, implica na destruição de uma velha estrutura e na criação de uma nova que a substitua, Schumpeter chama de "destruição criativa". A concorrência — "poderosa alavanca que, no longo prazo, expande a produção e reduz

5 cf. Hobson, *A Evolução do Capitalismo Moderno*, pgs. 125 e 126, onde ele afirma: "Há inúmeras razões para crer que, com uma redução do número de concorrentes e aumento de sua envergadura, a concorrência se torna cada vez mais aguda".

6 Joseph Schumpeter, *A Instabilidade do Capitalismo*, pg. 175

os preços"⁷ — já não é mais a mesma. Transformou-se. E, à medida que se ampliam os capitais em confronto, as armas por eles empregadas, para a conquista e a manutenção de mercados, vão se tornando crescentemente poderosas.

Esse novo conceito de concorrência, concebido por Schumpeter, traz no seu bojo um conceito de monopólio diferente do tradicional. Sendo um empresário bem sucedido na introdução de uma inovação, ele tentará, durante o maior intervalo de tempo possível, reter o usufruto dos resultados alcançados, usando, para isso, à guisa de salvaguardas, patentes, segredos industriais, cláusulas preventivas em contratos de longo prazo, etc. Antes que a inovação venha a se difundir, ela será monopolizada pelo empresário, que obterá lucros extraordinários em função do monopólio que detém. Trata-se de um monopólio temporário — distinto daquele contemplado pela teoria neoclássica — que normalmente desaparece com a difusão da inovação. Este tipo de monopólio é, pois, um resultado da concorrência, não se constituindo numa negação dela.

Schumpeter considera que pode se fazer necessário o emprego de práticas restritivas da concorrência (do tipo das chamadas por Bain e Labini — que foram seus discípulos em Harvard — de "barreiras à entrada") para garantir o mínimo de estabilidade requerido pela gestão empresarial, que poderia ser bastante prejudicada se o equilíbrio do sistema produtivo fosse afetado por constantes alterações estruturais decorrentes de um ritmo muito acelerado de introdução de inovações. Para ele, investir a longo prazo é como atirar contra um alvo pouco nítido e que se move aos solavancos⁸. Para que o empresário se sinta estimulado a investir na implantação de inovações, a adoção de certas normas garantidoras de estabilidade temporária se faz, portanto, necessária. Segundo ele, "sob o vento perene" (da destruição criativa), essas ações estabilizadoras se constituem em "incidentes, frequentemente inevitáveis, de um processo de expansão de longo prazo a que protegem, mais do que impedem"⁹.

Pode-se, pois, constatar que, na abordagem tradicional neoclássica, o crescente domínio dos mercados pelas grandes empresas é encarado como um fator redutor da concorrência e, portanto, inibidor do dinamismo econômico. Isto, de uma certa maneira, também se verifica na abordagem de Marx, bastante impregnada de um viés anti-monopolista. Schumpeter, pelo contrário, considera a grande empresa como um elemento bastante dinâmico, que se constitui no "locus" onde são geradas as inovações responsáveis pelo desencadeamento do processo de destruição criativa.

James Clifton, seguindo uma linha de raciocínio diversa da de Schumpeter, chega a conclusões que endossam às deste quanto ao maior poder de competitividade que têm as grandes empresas (que aparecem, em sua análise, como conglomerados industriais) em relação às demais.

Para Clifton, o capitalismo é um processo inerentemente dinâmico em que uma firma é tanto mais apta a triunfar, no confronto que trava com outras para assegurar vantagens competitivas, quanto maior for o seu porte.

Clifton adota, como base para o desenvolvimento de sua análise, a concepção de concorrência com que Sraffa, em seu livro *Production of Commodities by Means of Commodities*, formulou seu sistema geral de preços.

7 Joseph Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, pg. 114

8 cf. idem, pg. 118

9 idem, pg. 119

Contrapondo-se à teoria da concorrência perfeita — para a qual as condições competitivas se verificam mais plenamente no atomismo (que é por ela tomado como padrão de concorrência) e vão se enfraquecendo com a redução progressiva do número de empresas atuantes no mercado, e a tendência à uniformidade de lucros é tanto mais arraigada quanto mais próxima esteja uma economia capitalista da concorrência perfeita, enfraquecendo-se à medida que se verifica a concentração de capital —, Clifton procura demonstrar que, no mundo real, a livre mobilidade do capital se realiza de forma muito mais flexível e plena nos modernos conglomerados do que na firma atomística da teoria neoclássica.

À medida que o conglomerado se expande, através da diversificação industrial e geográfica, extrapolando seu mercado original, o seu capital se torna crescentemente móvel. Esse tipo de firma está muito mais apto para conseguir, conforme as modificações conjunturais que ocorram nos diversos mercados em que atua, uma mais eficiente alocação de seu capital, escolhendo, para isso, aquelas que se apresentem como mais promissoras, entre muitas indústrias e regiões. Essa flexibilidade na movimentação de capitais se torna possível através do manejo de fundos — retirados de uma massa única de recursos financeiros disponíveis na firma ou que por ela possam ser mobilizados no mercado financeiro — por uma administração central ("holding" do conglomerado).

A avaliação da competitividade dos grandes conglomerados — que dominam a economia capitalista contemporânea — é bastante difícil, tendo em vista a flexibilidade, em termos da mobilidade do capital, que eles apresentam, em virtude da gama variada de estratégias das quais podem lançar mão na busca de se assegurarem vantagens competitivas, movendo-se de áreas de baixos lucros para outras em que eles são elevados, introduzindo novos produtos no mercado e retirando os velhos, buscando novos mercados que possam absorver sua crescente produção, etc...

Dentro do alto grau de desenvolvimento das condições competitivas que lhes é peculiar, a preocupação de cada uma dessas firmas é prioritariamente dirigida no sentido de assegurar vantagens em termos de condições de crescimento. Assim sendo, para este tipo de firma, o critério que prevalece, em termos de competitividade diante de outras firmas altamente desenvolvidas, não é a capacidade que tenha de manter a participação de certas mercadorias que produza em certas indústrias, mas, sim, a de manter a sua participação na apropriação do valor do excedente econômico e, em consequência, sua própria taxa de expansão em relação às de suas concorrentes¹⁰.

Clifton conclui a sua análise apontando que o grande conglomerado é muito mais competitivo do que as pequenas firmas da teoria da concorrência perfeita e, portanto, que ele está muito mais próximo do que elas das condições de livre mobilidade do capital.

Dessa forma, para ele, é entre os grandes conglomerados — que interagem na disputa pela apropriação do valor do excedente econômico gerado pela produção capitalista —, e não entre as pequenas empresas da visão concorrencial atomística, que mais se chega próximo à taxa uniforme de lucro prevista pela teoria de preços neoclássica.

10 cf. Clifton, op. cit., pg. 149

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIN, J., *Barriers to New Competition*, Cambridge, Mass., Harvard UP, 1956
- CLIFTON, J.A., *Competition and the Evolution of the Capitalist Mode of Production*, in *Cambridge Journal of Economics*, 1977, 1, pg. 137/151
- GUIMARÃES, E.A., *Acumulação e Crescimento da Firma - Um Estudo de Organização Industrial*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- HOBSON, J.A., *A Evolução do Capitalismo Moderno*, trad. port., S. Paulo, Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1985.
- MARX, K., *O Capital*, Livro I, Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- POSSAS, M.L., *Dinâmica e Concorrência Capitalista: uma Interpretação a partir de Marx*, S. Paulo, Hucitec, 1989
- POSSAS, M.L., *Estruturas de Mercado em Oligopólio*, São Paulo, Hucitec, 1985
- POSSAS, M.L., *Dinâmica da Economia Capitalista: uma Abordagem Teórica*, S. Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCHUMPETER, J.A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- SCHUMPETER, J.A., *A Instabilidade do Capitalismo*, in "Literatura Econômica" - vol. 6 n.º 2., Março/Abril-1984.
- SRAFFA, P., *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*, trad. port., S. Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1980
- STEINDL, J., *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano*, trad. port., São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1983
- SYLOS-LABINI, P., *Oligopólio e Progresso Técnico*, trad. port., São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1982

UTILIZAÇÃO DA RAIS PARA AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE CONSUMO NO INTERIOR PAULISTA

Paulo de Martino Jannuzzi¹

1 - INTRODUÇÃO

Não parece haver dúvidas na literatura jornalística e mesmo na acadêmica, de que o interior paulista despontou e se consolidou, na década passada, como o segundo maior mercado consumidor nacional. Enquanto o PIB nacional patinava nos US\$ 300 milhões, e o PIB "per capita" amargava uma estagnação por volta dos 2.000 dólares, o interior paulista ampliava sua participação no bolo da produção e consumo nacional. Cidades como Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru são constantemente citadas como importantes centros regionais de consumo e de grande viabilidade comercial. Outros municípios menores como Americana, Limeira e Araras são também lembrados quando, à margem dos números absolutos, se considera potenciais relativos, de acordo com o tamanho das suas populações.

As divergências quanto à potencialidade comercial da região aparecem quando se começa a discutir qual dos municípios reúne as melhores condições para desenvolvimento de novos negócios ou para consumo de produtos e serviços. E não é para menos, já que, de início, é preciso reconhecer a complexidade de se encontrar critérios de mensuração de potencial mercadológico que sejam válidos para uma gama variada de atividades econômicas. A prática empresarial tem demonstrado que os requisitos e condições para sucesso de um novo negócio ou produto podem variar bastante. Nos EUA, por exemplo, há empresas que "geocodificaram"- segmentaram- o mercado consumidor americano em mais de 40 grupos, e prestam serviços de fornecimento de informações para fins comerciais "sob medida", buscando o "geo-estrato" potencialmente mais interessante para o tipo de produto ou demanda do requerente (Kotler, 1992, p.308).

No Brasil, a avaliação de potencial de consumo ou de viabilidade de novos negócios em uma região ou município, longe de ser um exercício "quase-determinístico", é uma atividade de risco, cercada de suposições não plenamente testadas e palpites baseados em algumas tendências observáveis. Na falta de uma "geocodificação do mercado consumidor" com base nos hábitos de consumo e estilo de vida- como o acima descrito- procura-se balizar a avaliação do potencial de consumo local ou regional com o emprego de uma série de indicadores quantitativos, representativos das condições sócio-econômicas e empresariais presentes. A qualidade do estudo do potencial de consumo tem

1 Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas - FCECA/PUCCAMP. Doutorando em Demografia no IFCH/UNICAMP.

relação direta, portanto, com a variedade, abrangência e atualidade dos dados disponíveis para a região.

Em trabalho anterior (Jannuzzi 1993), pudemos constatar a lacuna existente com relação à disponibilidade de indicadores atualizados de algumas dimensões sócio-econômicas para micro-regiões e municípios brasileiros no período inter-censitário. Algumas áreas parecem mais bem servidas, como São Paulo e outros estados do Sul-Sudeste, mas as estatísticas anuais disponíveis limitam-se a retratar a oferta de infra-estrutura urbana (ligações elétricas, de água, de telefones), de prestação de serviços de saúde (leitos, profissionais alocados, mortalidade) e a situação das finanças públicas, coletados diretamente das prefeituras, concessionárias de serviços públicos, cartórios e hospitais. Dados sobre o rendimento médio familiar ou escolaridade da população na totalidade dos municípios não são levantados diretamente por nenhuma pesquisa de abrangência nacional ou estadual nos 10 anos que separam os Censos Demográficos.² Como se sabe, o plano amostral das PNADs- Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios- não permite a desagregação de seus resultados a nível municipal, a não ser para as capitais estaduais.

Em geral, quando se precisa de uma medida-resumo mais atualizada da renda média municipal toma-se o quociente do Valor Adicionado do ICMS pelo total da população, chegando-se a uma estimativa da renda "per capita" municipal. A analogia desta medida com a renda "per capita" nacional, derivada da divisão do PIB pela população do país, é muito grande, já que o Valor Adicionado do ICMS corresponde, "para cada município, ao valor das saídas das mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em cada ano civil" (Seade 1993,p.7). A analogia não se dá apenas a nível conceitual, mas se estende pelas imprecisões do seu levantamento (devido à significativa informalização das trocas econômicas) e pelas limitações de sua aplicabilidade como medida efetiva de nível de renda percebido pela população. Ocorre que, tal como o PIB, o Valor Adicionado do ICMS engloba juntamente com a renda das pessoas físicas, a renda auferida pelas empresas e os tributos arrecadados pelo Governo (nas suas 3 esferas). Neste sentido, para avaliação do potencial de consumo das famílias, o Valor Adicionado do ICMS "per capita" é um indicador muito pobre.

Procurando contornar esta precariedade de informações atualizadas sobre rendimento e escolaridade a nível municipal, os estudos de potencial de consumo procuram se utilizar de indicadores sócio-econômicos indiretos que, em maior ou menor grau, apresentam-se correlacionados com estas variáveis (renda e instrução). Um exemplo recente de estudo de viabilidade mercadológica em municípios brasileiros, a partir de indicadores indiretos, foi o realizado pela Simonsen e Associados (vide Exame de 26/05/93). A partir de um conjunto de 10 variáveis como população, quantidade de profissionais de nível superior, número de telefones, ligações elétricas, a empresa classificou os municípios brasileiros com mais de 150 mil habitantes segundo a sua "atratividade" potencial para novos negócios e expansões. Uma outra pesquisa digna de menção, com objetivos voltados a medir o "nível de desenvolvimento municipal"- e não o potencial mercadológico- é a realizada anualmente pela Revista Dirigente Municipal desde 1974³. No volume de Dezembro de cada ano, a Revista traz

2 Diga-se de passagem, no entanto, que, felizmente, isso parece estar mudando, com a iniciativa do NEPO/UNICAMP, em projeto conjunto com a PUC/SP, de implementar uma pesquisa amostral no Estado de São Paulo para levantamento, entre outras informações, da situação sócio-econômica nos municípios no período inter-censitário.

3 No momento, a publicação da revista está suspensa, assim como outras editadas pelo grupo DCI.

a relação dos "500 municípios mais desenvolvidos do Brasil", classificados segundo uma combinação de variáveis sócio-econômicas, de infra-estrutura urbana e de desempenho econômico-financeiro municipal. No campo da Pesquisa Social, há, ainda, vários trabalhos que buscam categorizar os municípios segundo a Condição ou Qualidade de Vida de suas populações, empregando também medidas-resumo da realidade social e econômica presentes (Aguiar 1991, Albuquerque e Vilela 1991, Comune e Campino 1980). Ainda que os objetivos destes trabalhos de mensuração do "Desenvolvimento Municipal" ou de avaliação da "Qualidade de Vida" sejam distintos dos estudos de potencial mercadológico, a metodologia empregada -e, eventualmente, os resultados- apresentam muitas semelhanças. Assim, tais pesquisas não podem ser ignoradas no processo de planejamento de Marketing, pois contribuem com uma outra visão da realidade multi-facetada com que os mercadólogos lidam.

Com o objetivo de agregar mais um indicador sócio-econômico relevante para estudos de potencial de consumo a nível municipal, este trabalho discute a utilização das informações sobre o rendimento médio mensal dos empregos, disponível na Base de Dados RAIS do Ministério do Trabalho. Faz-se aqui, a aplicação dos dados da RAIS para avaliação do potencial de consumo de uma amostra intencional de municípios paulistas. Antes de apresentar os resultados da aplicação, convém, primeiro, discutir alguns aspectos relacionados às características e limitações metodológicas da Base RAIS- aspectos estes que explicam, em parte, a sub-utilização da fonte em pesquisas, de modo geral.

2 - RAIS COMO FONTE DE DADOS PARA PESQUISA: CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÕES

A Base de Dados RAIS é constituída e atualizada a partir dos formulários ou fitas magnéticas que as empresas e empregadores de mão-de-obra são obrigados a enviar, anualmente, ao Ministério do Trabalho por força do Decreto 76.900/75. Estes formulários RAIS- Relação Anual de Informações Sociais- dispõem de dados sobre a quantidade de empregados, funções exercidas, número de admissões, de desligamentos, escolaridade e salários dos empregados. O sistema RAIS é, pois, em tese, um censo administrativo sobre mercado de trabalho, já que, pelo decreto acima referido, "todos estabelecimentos e pessoas físicas que, mesmo não tendo organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano, devem apresentar, no início do ano subseqüente, declaração anual à RAIS". (Ministério do Trabalho 1989, p.9)

Na prática, como apontam diversos trabalhos (Sabóia e Tolipan 1985, Ipardes 1987, Azevedo 1985) a RAIS é um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, não representativo em termos globais, regionais e setoriais. De início, é preciso levar em conta que a RAIS, pela sua própria regulamentação, exclui do seu universo trabalhadores autônomos e empresários sem vínculo empregatício formal com sua organização. Além disso, sendo um registro administrativo usado para calcular as quotas de PIS/PASEP de cada empregado, só disporá de informações sobre a mão-de-obra formalmente registrada, ou melhor, dos empregados com carteira assinada. Excluem-se, portanto, do levantamento da RAIS uma grande fatia do mercado de mão-de-obra, dos empregados sem vínculo formal (historicamente cerca de 40 % dos empregados a nível nacional). Desta forma, o universo potencial de pesquisa da RAIS é delimitado, na melhor das hipóteses, pelo quantitativo levantado nas PNADs- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- de pessoas ocupadas, na posição de empregados, com carteira assinada. Dados da PNAD de 1988, relacionavam nesta categoria

22.777.969 pessoas, de um total de 38.802.675 de empregados e de 58.728.534 de pessoas ocupadas no país. De fato, o número de empregos relacionados pela RAIS de 1988 foi de 23.661.139⁴.

Estudos de Reinhard (1986) e dos já citados Sabóia e Tolipan, mostram que a cobertura do mercado de empregados com carteira assinada pela RAIS, em termos dos grandes agregados regionais, parece ser boa. Em termos menos agregados, como estados e capitais, já não se pode dizer o mesmo - a variabilidade da cobertura é grande. Ainda que não haja uma avaliação da representatividade dos dados da RAIS em mercados locais de mão-de-obra, é de se esperar que também seja muito variável de município para município. Quanto à cobertura do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica, a RAIS alcança um percentual menor de trabalhadores na agropecuária e um maior no comércio, serviços, administração pública e indústria de transformação⁵.

Com relação à qualidade das informações, Reinhard acredita que haja vulnerabilidade apenas quanto aos dados de escolaridade e ocupação, pela falta de atualização da primeira nas empresas e pelo ainda desconhecimento da CBO- Classificação Brasileira de Ocupações- pelos empregadores. Dados cadastrais dos empregados e a remuneração seriam, para o autor, confiáveis, pelo vínculo da RAIS com o PIS/PASEP.

Assim, com base nestas considerações, a variabilidade na cobertura local do emprego formal pela RAIS parece ser uma limitação importante a ser considerada para seu uso como fonte de dados para nossa aplicação (estimação do rendimento médio mensal dos empregados com carteira assinada no município) e mesmo para qualquer outra. Esta limitação se acentua se lembrarmos que, por definição, a RAIS registra o emprego no município onde se localiza a empresa, e não onde o empregado que o ocupa reside. Em municípios sujeitos à migração pendular a limitação é ainda mais séria.

Até que ponto estas limitações da fonte permitem ou inviabilizam seu emprego para nossa aplicação, é uma questão que não temos, no momento, condições de responder de forma definitiva. O que nos dá algum alento, é o fato de que algumas publicações oficiais (SEADE 1993, por exemplo) trazem estatísticas municipais levantadas pela RAIS (estimativas municipais sobre a população ocupada no comércio, serviços e indústria, principalmente). Outro aspecto que nos impele a prosseguir com a aplicação, é o fato de que nosso objetivo é fornecer mais um indicador para estudos de Potencial de Consumo, que precisa ser cotejado com uma série de outros, alguns deles com uma validade externa muito maior como medida representativa de suas dimensões sócio-econômicas. Não se está propondo aqui um indicador substitutivo ou de importância maior do que outros, pois como já se registrou nestas páginas, a avaliação do Potencial de Consumo não é um exercício de análise univariada.

4 A pequena vantagem do quantitativo da RAIS sobre a PNAD se explicaria pelo fato de que a unidade de investigação da primeira é o emprego, enquanto que na segunda é o empregado (na família). Um empregado pode ter mais de um emprego- não o contrário- sobre-enumerando este último em relação ao primeiro. Além disso, há que se considerar que os dados da PNAD resultam de um levantamento amostral, subentendendo, assim, uma pequena margem de variação nas estimativas.

5 É instigante pensar como os empregos enumerados na RAIS podem ultrapassar os empregados com carteira assinada se sua cobertura não é universal nos estabelecimentos agropecuários, na construção civil, etc.

3 - POTENCIAL DE CONSUMO EM UMA AMOSTRA DE MUNICÍPIOS PAULISTAS

Para a aplicação a que nos propomos, utilizamos uma base de dados já constituída⁶, para a qual se dispunha de dados de uma tabulação especial solicitada ao MTb, sobre a distribuição de empregos segundo classes de rendimento médio mensal em 1988 em vários municípios. O conjunto de municípios aqui tratado não configura uma amostra representativa do universo de municípios paulistas, mas congrega realidades sócio-econômicas muito típicas no contexto paulista da década passada.

Na tabela 1, apresenta-se os municípios da amostra, ordenados decrescentemente pelo valor da Mediana do Rendimento médio mensal dos empregos em cada município, juntamente com uma série de outros indicadores de avaliação de Potencial de Consumo. Os dados da RAIS permitem não apenas estimar o rendimento médio do trabalho, como também conjecturar sobre a segmentação sócio-econômica do mercado consumidor local, a partir da distribuição dos rendimentos. Como se observa nas três últimas colunas da tabela 1, a segmentação do mercado consumidor adquire configurações bastante diferenciadas entre os municípios.

É interessante observar que, para a amostra de municípios em questão, há uma boa compatibilidade da classificação de Potencial de Consumo definida pelo Rendimento mediano calculado pelos dados da RAIS com a proporcionada pelas outras medidas (Renda familiar do Censo 1980, População, Valor Adicionado, Valor Adicionado "per capita"). Como mostra a tabela 2, o Rendimento Mediano-RAIS só não se mostra "rank-correlated" com a classificação ordinal fornecido pela Revista Dirigente Municipal (em que a preocupação não é o Potencial de Consumo, mas o Desenvolvimento Municipal). Dada a já aludida inaplicabilidade das classificações generalistas de Potencial de Consumo para todas situações de interesse mercadológico, abstermo-nos de buscar uma medida-resumo ordenatória. Não deve escapar à análise, no entanto, que São Caetano, Piracicaba, Bauru e São Carlos, para citar alguns municípios, apresentam, em geral, indicadores de potencialidade comercial superiores à média do conjunto.

4 - CONCLUSÃO

A inexistência de levantamentos mais frequentes de estatísticas municipais impõe aos pesquisadores de "Qualidade de Vida" ou de "Potencial Mercadológico" local, a busca de toda informação mais atualizada disponível, ainda que parcial e limitada. Neste sentido, a RAIS parece ser uma das poucas fontes a explorar. A viabilidade e a utilidade de seu emprego como mais uma medida quantitativa para avaliação da potencialidade comercial de municípios está ainda para ser demonstrada na prática. Neste trabalho, procuramos, tão-somente, colocar a questão. Os resultados obtidos com a amostra, longe de serem generalizáveis, conferem, ao menos, a validade da questão como objeto

6 Base de dados do projeto de dissertação de mestrado do autor na EAESP/FGV. Compõe-se de vários indicadores sócio-econômicos de 28 municípios paulistas, selecionados dentre todos aqueles que tinham, em 1980, população entre 50 mil a 250 mil habitantes, taxa de urbanização maior ou igual a 70 % e com taxa de crescimento anual médio de 1970 a 1980 menores que a média observada no estado. Tais características acabam por conformar uma amostra de municípios com problemas potencialmente menores no que diz respeito à aplicabilidade da RAIS.

de estudo científico.

Tabela 1 : Indicadores de Potencial de Consumo para Municípios da Amostra

Município	Rend.(1) Mediano		Val. Adic. 88 (2)	Popul. est. 1988	Valor Adic. per capita	# DM 88 (3)	Distr % do Merc. Consumo (4)		
	Rais 88	Censo 80					pop	med	sof
S.Caetano Sul	3.83	7.10	452144	153510	2945.4	59	57.7	35.6	6.7
Botucatu	3.32	3.95	72885	82.419	8884.3	5	73.0	23.1	3.9
Piracicaba	3.20	4.77	411308	262394	1567.5	55	69.7	25.8	4.5
Bauru	2.91	4.26	181957	237518	766.1	64	74.6	21.0	4.5
S.Carlos	2.91	4.41	256305	146349	1751.3	23	77.0	17.7	5.3
Mogi Mirim	2.88	4.08	124433	60498	2056.8	85	83.2	14.5	2.3
Araras	2.74	4.27	196610	80463	2443.5	1	82.1	16.2	1.7
Araraquara	2.71	4.34	255692	154995	1649.7	19	78.6	17.8	3.6
Rio Claro	2.70	4.04	195843	129368	1513.8	44	77.9	18.7	3.4
Cruzeiro	2.67	3.37	94161	65530	1436.9	158	69.9	22.8	7.3
Lorena	2.47	3.56	44416	68415	649.2	237	78.2	18.7	3.1
Araçatuba	2.29	3.57	117336	150578	779.2	43	87.2	10.6	2.2
Jaú	2.26	3.95	113142	88090	1284.4	72	91.3	7.8	0.9
Tatuí	2.23	3.22	46577	70051	664.9	203	87.4	11.1	1.5
Braganca Pta	2.22	3.35	85619	101167	846.3	208	84.9	12.7	2.4
Pres.Prudente	2.21	3.66	89906	157079	572.4	156	87.1	10.6	2.2
Guaratingueta	2.21	3.67	106957	97025	1102.4	83	76.0	19.8	4.2
Marília	2.19	3.63	116013	148905	779.1	16	88.0	9.9	2.1
S.João B.Vista	2.09	3.44	64618	65199	991.1	33	90.3	8.5	1.2
Assis	2.00	3.35	67570	79900	845.7	108	89.3	8.7	1.9
Catanduva	2.00	3.52	69708	87159	799.8	11	89.4	9.4	1.2
Barretos	1.96	3.44	53345	88589	602.2	120	89.2	9.5	1.3
Lins	1.94	3.44	26538	56895	466.4	49	88.3	9.7	2.1
Itapetininga	1.92	3.06	67861	98926	686.0	430	91.8	7.2	1.0
Tupã	1.91	2.94	26614	60071	443.0	73	90.6	8.0	1.4

Tabela 1 : Indicadores de Potencial de Consumo para Municípios da Amostra

Município	Rend.(1) Mediano		Val. Adic. 88 (2)	Popul. est. 1988	Valor Adic. per capita	# DM 88 (3)	Distr % do Merc. Consumo (4)		
	Rais 88	Censo 80					pop	med	sof
Ourinhos	1.81	3.35	76537	71721	1067.1	39	92.4	6.5	1.1
Votuporanga	1.78	3.13	31125	61919	502.7	211	89.5	8.7	1.8

Fontes: Anuário Rais 88, Censo Demográfico 1980, Perfil Municipal 1993, Revista Dirigente Municipal Dez/88

Notas:

- (1) Rendimento Mediano Rais 88 em Piso Nacional de Salários (PNS), Rendimento Familiar Mediano pelo Censo 80 em Salários Mínimos
- (2) Em Cr\$ 1.000 de 1991
- (3) Posição dos municípios no ranking nacional da pesquisa "500 municípios "da Revista Dirigente Municipal Dez./88
- (4) Na segmentação do Merc. Consumo tomou-se como critério:
 - Consumo popular* : empregos relacionados na RAIS 88 com rendimento médio mensal até 5 (exclusive) PNS
 - Consumo médio* : empregos rel. RAIS 88 com rendimento médio mensal de 5 a 15 (exclusive) PNS
 - Consumo sofisticado* : empregos rel. RAIS 88 com rendimento médio mensal igual ou maior a 15 PNS

Tabela 2: Coeficientes de Correlação de Postos de Spearman e resultado do Teste de Hipótese sobre Ho: não há correlação com Rendimento Mediano Rais 88, com níveis de significância de 1 e 5%

	Rs	Tc	Niv.Sig.	
			1%	5%
Rend. Mediano Censo	0.82	7.24	Rej	Rej
Valor Adicionado ICMS	0.76	5.79	Rej	Rej
Valor Adic. ICMS "per capita"	0.67	4.48	Rej	Rej
População	0.46	2.64	Rej	Rej
Ranking da Rev.Dir.Municipal	0.29	1.53	Act	Act

Notas:

Rs: Coef. Spearman Tc: Estatística para Teste Hip.

Rej: Rejeito Ho, isto é, há indícios de que há, de fato, correlação entre as variáveis

Act: Aceito Ho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R.C. e VILELA, R. (1991) *A Situação Social do Brasil: um Balanço de Duas Décadas* in Velloso, J.P.Reis(org) *A questão Social no Brasil*. São Paulo, Nobel.
- AGUNE, Antonio Celso (1991). *Perfil Sócio-Econômico da Grande São Paulo: Documento de Trabalho Fundap*. Sao Paulo, FUNDAP.
- AZEVEDO, Beatriz.(1985) O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre, FEE.
- COMUNE, A.E e CAMPINO, A.C. (1980) *Indicadores de Qualidade de Vida Urbana*. Trabalho para discussão interna n. 8. São Paulo, FEA/IPE/USP.
- IPARDES/ FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA (1987). *Avaliação do Alcance e Limites da RAIS e lei 4923/65*. Curitiba, IPARDES.
- JANNUZZI, P.M. (1993) "Fontes de Indicadores Sociais para Marketing" in *CADERNOS DA FCECA*, V2. N.1.
- KOTLER, Philip. (1992) *Administração de Marketing*. São Paulo, Atlas.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. (1989) *Anuário RAIS*. Brasília, MTb.
- REINHARD, Nicolau. (1986) PALESTRA: RAIS. material não publicado, disponível no arquivo da FIA/FEA/USP.
- SABÓIA, João L.M. e TOLIPAN, Ricardo M.L. (1985). *A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil*. Texto para discussão n.67. RJ, UFRJ/IEI.
- SEADE (1993). *PERFIL MUNICIPAL 1980-1992*. SP, Seade.

FIXAÇÃO DOS PREÇOS E INFLAÇÃO

Fernando Nogueira da Costa¹

1 - TEORIAS DE PREÇOS

A **concorrência perfeita** é um modelo abstrato de um mercado com as seguintes características: cada agente econômico não pode afetar perceptivelmente o preço deste mercado; o produto é homogêneo (não-diferenciado); há livre mobilidade de capital e trabalho, sem barreiras à entrada; e todos os agentes econômicos neste mercado gozam de completo e perfeito conhecimento.

Nenhum mercado foi e nem pode ser perfeitamente competitivo. *A teoria não pode ser perfeitamente descritiva de fenômenos do mundo real, pois sua generalidade só pode ser atingida por meio de abstrações.* O **modelo de equilíbrio geral** busca mostrar as condições para o funcionamento equilibrado do mercado, ou seja, as condições que permitem informações para *ações consistentes* com o contexto, tanto com a limitação de recursos, quanto com o comportamento dos outros agentes.

A noção de *equilíbrio* relaciona-se com uma situação hipotética em que os agentes estão com suas expectativas sendo correspondidas. Neste caso, as ações tornam-se sistemáticas, permitindo aprendizagem, e sendo, portanto, teorizáveis. Na **abordagem neoclássica**, uma teoria econômica sem equilíbrio é impossível, pois há necessidade de repetições de uma situação para teorizá-la. O desequilíbrio nunca se repete nas mesmas condições, já que é fruto de ações contingenciais sob compulsão. Assim, o *equilíbrio* é uma ficção teórica, um estado idealizado que permite identificação de padrões e construção de teorias.

Com o mercado em equilíbrio, os agentes estão fazendo o que planejam, estão na posição desejada (*natural*), no limite de sua restrição de recursos. Num **modelo de equilíbrio geral**, os agentes econômicos são maximizadores. Todos têm informações perfeitas sobre as variações de preços relativos, sendo o **market-clear** realizado com preços relativos *flexíveis*.

Nos **modelos neo-walrasianos**, como o monetarista e o novo-clássico, há qualificação a respeito da hipótese de informações perfeitas. No **monetarista**, há *ilusão monetária*, termo comumente usado para descrever qualquer falha em distinguir magnitudes *monetárias (nominais)* das *reais*. Aceita-se a confusão, a curto prazo, por parte de alguns agentes, entre variação no *nível geral dos preços* e variação na *estrutura de preços relativos*. Justifica-se a reação ao *potencialmente observável* antecedente à reação devido à *percepção defasada*, em que se leva tempo para apreender informação sobre a variação do valor da moeda. No entanto, os **novo-clássicos** criticam-

¹ Professor Doutor do Instituto de Economia da UNICAMP.

no, afirmando que a *ilusão monetária* contradiz o paradigma de maximização, sendo uma explicação simplista para fenômeno que não cabe no modelo de equilíbrio geral: o evento aleatório. Para eles, agente econômico racional não erra sistematicamente; por sua conduta otimizadora, suas perdas são aleatórias, quando não há aprendizagem por repetitividade. Um "comportamento irracional", no modelo de equilíbrio geral, seria uma resposta racional a problemas de coordenação sistêmica, por "ruídos" no canal de comunicação, p.ex., no caso de uma política monetária inesperada.

Numa **teoria da fixação dos preços**, cabe uma crítica ao *princípio do atomismo* (ou individualismo metodológico), comparando-o com o *princípio da unidade orgânica*, ou seja, examinar temas como relação micro-macro, ação racional versus coordenação, tensão indivíduo-estrutura, etc.. A crítica ao *atomismo* é porque ele considera propriedades dos atos unitários conceitualmente isolados e infere propriedades dos sistemas de ação somente por um processo de generalização direta desses atos.

Um **modelo keynesiano** incorpora também uma teoria da decisão racional *individual*, mas aponta para o "sofisma da composição", em que a lógica da ação individual pode resultar numa falta de lógica (inconsistência) dos agregados macroeconômicos. O problema não é ser a estratégia *racional*, ou não, sob o ponto de vista individual; o problema é ser uma estratégia *incompatível* com as dos outros, estabelecendo-se, então, um *processo de geração de incoerências*, cujo resultado seria imprevisível, incerto.

Nesse sentido, deve-se distinguir o *processo de interação* do *processo de iteração*. Este último refere-se ao ato de *iterar* ou repetir sequências de operações em que o objeto de cada qual é o resultado da precedente. Essa rotina dá suporte à idéia de *expectativa adaptativa* dos **monetaristas**. O processo de *interação* refere-se à ação mútua entre os agentes, que produzem futuro imprevisível, cabendo a idéia de *expectativa incerta* dos **pós-keynesianos**. Há um problema de *interdependência estratégica*, quando as estratégias individuais não são consistentes com as estratégias alheias, devido a divergências quanto a cenários futuros. Com decisões descentralizadas não-coordenadas, os resultados macroeconômicos são imprevisíveis e/ou incoerentes.

Diferentemente do processo de *iteração*, no de *interação* o que aconteceu no passado não garante que o mesmo acontecerá no futuro. Não se deduz um *princípio de indução*. O drama dos economistas que conduzem a política econômica sobre hipotéticas regularidades é que os agentes "agem e reagem" aos padrões comportamentais identificados, diversificando-os. Não há reação homogênea na pluralidade dos agentes.

É necessário adequar os **modelos de fixação de preços** às circunstâncias de estabilidade ou instabilidade. Na primeira situação, um **modelo de preços normais** supõe que as ações são consistentes ou coerentes entre si, via contratos. Com a hipótese de **mark-up fixo**, teoriza a *inflação inercial ou estável*. No segundo caso, num **modelo de preços anormais**, as ações tornam-se inconsistentes e/ou descoordenadas, devido a rupturas de contratos. O **mark-up** torna-se *flexível*, produzindo uma *inflação acelerada ou instável*.

2 - PREÇOS RELATIVOS VS. NÍVEL GERAL DOS PREÇOS

A **Teoria Quantitativa da Moeda** defende que apenas através do *gasto de moeda*, via um *efeito real* antecedente sobre a demanda de bens, ocorre uma variação no *nível geral dos preços*.

Isto se dá quando toda demanda monetária por bens é maior ou menor do que a oferta de todos bens contra dinheiro.

Essa **teoria monetária dos preços** não se refere aos *preços relativos*. Estes poderiam ser afetados diretamente por empresas com poder de mercado diferenciado; porém, segundo interpretação de Wicksell, esses monopólios ou oligopólios - sob o risco de redução da demanda a longo prazo - tratarão de obter seus lucros reduzindo os custos fixos, fazendo com que os preços baixem ao invés de subirem. O relativo barateamento de certo grupo de mercadorias devido a melhores condições de produção (aumento de produtividade) não ocasionaria um descenso equivalente em seu preço em moeda (*preço absoluto*), mas simplesmente não acompanharia (caso ocorresse) um aumento dos preços em todas mercadorias.

No entanto, os oligopólios conseguem proteger suas margens de lucro diante da retração da demanda. Para compensar a queda da produção e vendas, com consequente aumento do custo fixo unitário, a empresa corta custos variáveis e aumenta preços, mantendo assim a massa de lucros. Esse comportamento de aumento de preços acima do índice geral de preços acumulado só é possível em função do poder de manipulação de mercado dos oligopólios. Devido à competição, o setor competitivo não é capaz de elevar seus preços na mesma quantidade que o oligopolista, o que conduz a uma deterioração dos preços relativos.

Uma **teoria da fixação dos preços**, alternativa àquela teoria monetária dos preços, tem que argumentar que variações *não-monetárias* induzidas nos preços de algumas mercadorias não são contrabalançadas por mudanças opostas nos preços de outras. Dessa maneira, a alteração de preços relativos pelos oligopólios acabaria afetando a média ponderada do índice geral de preços.

A Teoria Quantitativa da Moeda argumenta que, caso ocorra uma redução significativa da quantidade de moeda, para manter o mesmo nível de produção e emprego que havia quando a quantidade de moeda era maior, é necessário obter uma redução generalizada dos preços básicos (preços dos bens, salários, câmbio, juros, tarifas, etc.). Se todos esses preços diminuíssem na mesma proporção, os valores relativos não se alterariam, e a quantidade de moeda tornar-se-ia suficiente para atender a atividade econômica.

O problema é que, numa economia de mercado *não-coordenada*, com poderes de mercado diferenciados, não há garantia de que todos vão participar igualmente do processo. Portanto, ninguém toma a iniciativa de reduzir seu preço, sob o risco de não ser acompanhado por outros e ter sua margem de lucro esmagada. "A dificuldade de resolver o problema de coordenação numa economia capitalista faz com que os preços e os salários tornem-se relativamente inflexíveis para baixo; ou seja, os preços e os salários só declinam em termos nominais quando a economia entra em depressão econômica"². Sem a "solução espontânea" de diminuir preços, a depressão só pode ser evitada se se elevar a quantidade de moeda ou se a velocidade de circulação da moeda aumentar.

Com inflação, basta deixar de aumentar um preço por algum tempo para ocorrer sua redução relativamente aos demais. Consequentemente, a disposição para aceitar reduções nominais de preços é ainda menor. No caso de algum agente econômico tentar elevar seu preço relativamente, com reação dos outros agentes, as mudanças de preços relativos se transformam em fator de pressão inflacionária.

2 LOPES, Francisco. *O Desafio da Hiperinflação*, p. 30

Numa economia com *rigidez de preços nominais* (para baixo), qualquer *alteração de preços relativos* só poderá ocorrer com uma *elevação do nível médio de preços*, ou seja, com *inflação*. Se esta inflação requerida para alteração de preços relativos não for *sancionada* por uma política de acomodação passiva da quantidade de moeda, haverá depressão.

Numa sociedade com mentalidade inflacionária, interpreta-se qualquer aumento de preço como sintoma de inflação. Não mais se utiliza o sistema de preços como sinal de mercado fidedigno das condições de oferta e de demanda. Ao contrário dos modelos neo-walrasianos, onde os preços relativos atuam como índices de escassez, sinalizando remunerações e alocações de recursos, assume-se que qualquer alteração dos preços relativos é arbitrária e inaceitável, e não reflexo das condições reais de mercado. Adota-se mecanismos de indexação como forma de neutralizar a inflação. Numa economia indexada, em que todos os preços são reajustados periodicamente de modo a compensar a inflação passada, fica ainda mais difícil obter mudanças de preços relativos.

Portanto, "enquanto na **economia não indexada**, se os preços e os salários forem inflexíveis para baixo, só é possível obter mudanças de preços relativos através de uma elevação do nível médio de preços (ou seja, através de uma inflação temporária); na **economia indexada**, mudanças de preços relativos exigem aumento permanente na taxa de inflação. A indexação cria o que os economistas denominam de *inflação inercial* (...). A inflação de ontem passa a ser a causa principal da inflação de hoje, e esta por sua vez tenderá a se transformar na inflação de amanhã"³. Na *inflação inercial*, a moeda permanece passiva, com sua quantidade aumentando junto com a alta geral dos preços.

A indexação procura inibir qualquer alteração de preços relativos quando tenta relacionar automaticamente cada preço ao índice geral de preços. Se todos os preços variarem proporcionalmente à sua média ponderada, a relação entre todos permanecerá fixa. Quando ocorrem alterações dos preços relativos, há aumento permanente da taxa de inflação. Na ausência dessas mudanças, a inflação parece estabilizar-se em um patamar.

Onível geral dos preços é uma média ponderada de um conjunto de preços (p. ex., dos produtos da cesta básica de consumo das famílias em certa faixa de renda). Sua evolução depende da variação dos diferentes preços. Se estes evoluem diferenciadamente no tempo (com atrasos ou defasagens), os preços relativos se dispersam. Na realidade, os preços não evoluem independentemente uns dos outros. Há mecanismos de indexação *formal*, mas sobretudo *informal*, dos preços entre si. As interdependências resultam da estrutura de produção, das estratégias concorrenciais ou de complementariedade.

"As modificações da estrutura dos preços relativos produzem dois efeitos: o período de estabilidade de um preço - mas de deterioração de sua posição relativa - diminui; a indexação tende a se generalizar e, com o questionamento acerca da confiabilidade dos índices, novos índices aparecem, cuja função é a de refletir melhor, e sobretudo mais rapidamente, a evolução da inflação"⁴.

Em um processo inflacionário, com perda da confiança na *moeda nacional* como unidade de conta, constitui uma ação racional (ao nível microeconômico) substituí-la por alguma outra instituição, como um *indexador* ou, mesmo, uma *moeda estrangeira*. Assim, gradativamente, à medida do ritmo inflacionário, verifica-se um **processo de substituição de indexadores**.

3 Idem, p. 34

4 SALAMA, P & VALIER J. *A Economia em Decomposição. Ensaio sobre Hiperinflação*, p. 14

1. **indexador ex-post**: em função do custo, para manter a margem de lucro histórica;
2. **indexador inercial**: em função do índice geral de preços, para reposição das perdas passadas;
3. **indexador aceleracionista**: em função de um índice de preço-guia, para acompanhar a liderança de preços;
4. **indexador ex-ante**: em função da expectativa de inflação, para reposição futura dos estoques e formação do preço a prazo;
5. **indexador instantâneo**: em função do dólar paralelo, para evitar defasagens.

Na economia brasileira, há distintos setores em que cada qual utiliza-se de um desses indexadores para fixar seus preços, o que eleva a dispersão de preços relativos. Atualmente, predomina uma "transição" entre os dois últimos estágios. O resultado desse **processo de fixação de preços** é que, além da *margem de lucro* sobre custos históricos, os oligopólios incorporam uma *margem de segurança*, para cobrir o risco de erro na antecipação de custos esperados, numa espécie de *indexação ex-ante*. Esta antecipação da inflação esperada constitui um processo cumulativo (um "círculo vicioso") com reflexo na inflação prevista. Outra forma de minimizar o risco crescente de defasagem é abandonar a expressão do preço em moeda nacional e fixá-lo em dólar. Observa-se então um **processo de dolarização dos preços**.

Dá a necessidade da **âncora**, elemento coordenador dos preços, que proporciona certa previsibilidade para aumentos futuros. Com os preços cotados numa nova "moeda" (ancorada ou lastreada), seriam reduzidas as chamadas variações de preços relativos, possibilitando um alinhamento mais rápido, de acordo com os preços internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Fernando N.. *Estado de Confiança e Hiperinflação*. in REGO, J. M. (org.). *Inflação e Hiperinflação: Interpretações e Retórica*. SP, Bional, 1990.
- COSTA, Fernando N.. *Política de Câmbio e Juros vs. Dolarização Programada e Banco Central Independente*, in *Texto para Discussão* n. 4. Campinas, IE-UNICAMP, jan / 1992.
- COSTA, Fernando N.. Introdução e Tradução. HUMPHREY, T. H.. *The Quantity Theory of Money: Its Historical Evolutions and Role in Policy Debates*. [Economic Review. May/June 1974. *tb.* in CHRYSTAL, K. Alec (ed.). *Monetarism I*. London, Edward Elgar, 1990.] *Texto Didático de Economia Monetária*. Campinas, IE-UNICAMP, jun / 1992.
- COSTA, Fernando N.. *Além da Hiperestagflação*, in *Estudos Especiais* n. 4. Campinas, CECON-IE-UNICAMP, mar / 1993.
- COSTA, Fernando N.. *Postulados de uma Teoria Alternativa da Moeda*, in *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia*. BH, ANPEC, dez / 1993.
- FRENKEL, Roberto. *Hiperinflação: o Inferno tão Temido*, in REGO, J. M. (org.). *Inflação e Hiperinflação: Interpretações e Retórica*. SP, Bional, 1990.

- FRIEDMAN, Milton. *Inflação e Desemprego: a Novidade da Dimensão Política*, in *Clássicos de Literatura Econômica*. RJ, IPEA-INPES, 1988. pp. 421-448.
- HOWITT, Peter. *Money Illusion*. in EATWELL, J., MILGATE, M & NEWMAN, P. (ed.). *The New Palgrave: Money*. UK, Macmillan, 1990.
- KLAMER, Arjo. *Conversas com Economistas*. SP, Pioneira-Edusp, 1988.
- LOPES, Francisco. *O Desafio da Hiperinflação*. RJ, Campus, 1989.
- POSSAS, Mário. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. SP, Hucitec, 1985.
- SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. *A Economia em Decomposição: Ensaio sobre Hiperinflação*. RJ, Nobel, 1992.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. SP, Abril Cultural, 1983.
- WICKSELL, Knut. *Lições de Economia Política*. SP, Nova Cultural, 1986.

POR UMA ABORDAGEM ECONÔMICA NÃO REDUCIONISTA ¹

*Roberto Guena de Oliveira*²

Este artigo procura argumentar que o entendimento adequado de alguns problemas econômicos requer uma abordagem alternativa à oferecida pela economia convencional. Esta abordagem daria ênfase ao estudo da reprodução das formações econômicas modernas e de seu devir. Argumenta-se aqui também que a obra madura de Karl Marx é uma importante referência para o desenvolvimento deste tipo de abordagem. O texto se divide em três partes: na primeira delas, argumenta-se que a teoria neoclássica não é, mesmo que pretenda ser, uma teoria reducionista; na segunda, discute-se alguns problemas que seriam relevantes se se reconhecesse a inviabilidade de uma explicação reducionista para as ciências sociais; finalmente, na terceira parte, procura-se mostrar que a obra de Marx, partindo de um ponto de vista semelhante ao aqui defendido, chega a resultados interessantes tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático-normativo.

1 - A ECONOMIA NEOCLÁSSICA COMO TEORIA REDUCIONISTA

À primeira vista poderia parecer que a teoria econômica neoclássica é uma prova contundente da possibilidade de se compreender a ordem social exclusivamente a partir de pressupostos psicológicos acerca dos agentes econômicos e de pressupostos relativos às condições técnicas de produção. De fato, uma análise inicial daquilo que parece ser uma dos principais pontos de referência de toda a teoria neoclássica contemporânea, o modelo de equilíbrio geral de Arrow e Debreu, sugere que as relações mercantis estabelecidas pelos agentes deste modelo derivam rigorosamente de axiomas puramente técnicos e comportamentais. Assim, um antigo projeto

1 Este artigo foi escrito originariamente como trabalho de conclusão de curso da disciplina Economia e Ideologia, ministrada pelo professor doutor Eleutério Fernando da Silva Prado, no curso de pós-graduação em Economia da Universidade de São Paulo.

2 Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto - e Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade de São Paulo.

reducionista, qual seja, o de reduzir fatos sociais a fundamentos essencialmente não sociais, teria sido pela primeira vez levado a cabo de maneira adequada³

Basta, todavia, que nos detenhamos mais aprofundadamente sobre tal modelo para que esta primeira impressão seja desfeita. Isso aparece de modo mais evidente quando consideramos o famoso problema decorrente da adoção, pelo modelo de Arrow e Debreu, da hipótese de concorrência perfeita. Segundo esta hipótese todos os agentes são tomadores de preços, isto é, não ditam os preços mas tomam-nos como um dado fora de seu alcance. Se é assim, quem fixa os preços? É preciso então introduzir no modelo, como um *deus ex machina*, a figura do leiloeiro walrasiano, que tem por finalidade ditar os preços das diversas mercadorias até que se estabeleça o equilíbrio simultâneo de todos os mercados. Assim, a formação de preços, que se pretendia explicar a partir dos axiomas iniciais, passa a depender de um recurso teórico que não tem fundamento em nenhum desses axiomas, isto é, em nenhum suposto comportamental ou técnico. A ordem social é imposta por um artifício teórico e não, como se pretendia, derivada dos comportamentos individuais.

Este problema pode ser encarado, entretanto, como passageiro. Poder-se-ia argumentar que o recurso à figura do leiloeiro walrasiano poderá ser dispensado tão logo se desenvolva um instrumental analítico adequado para a elaboração de modelos que dispensem a hipótese de concorrência perfeita.

Deixemos, contudo, de lado tal questão e debruçemo-nos sobre os pressupostos básicos da teoria neoclássica. Seriam esses pressupostos, de fato, pressupostos que prescindem de qualquer determinação social? Tomemos, por exemplo, a caracterização dos consumidores tal como ela é apresentada em *Theory of Value* de Debreu. Lá cada um deles aparece como um agente portador de uma estrutura de preferências dada, possuidor de uma dotação inicial de recursos e que "age" de maneira auto-centrada buscando uma opção de consumo tal que nenhuma das outras opções de consumo acessíveis lhe sejam preferidas. Entretanto, o modelo impõe claramente uma restrição *a priori*: esse consumidor só pode atingir sua opção preferida de um modo - através da troca mercantil⁴, que é o único meio de relação material entre os diferentes agentes. Se nos perguntarmos, agora, por que esse agente não pode obter o que deseja através da apropriação unilateral (sem troca) das dotações iniciais dos outros consumidores ou de parte destas, empregando, por exemplo, a violência ou a fraude, e, se nos perguntarmos por que não é possível outra forma de distribuição da produção e da riqueza da economia que não aquela que resulta das trocas mercantis, não encontraremos nos axiomas do modelo nenhuma resposta, ao menos nenhuma resposta baseada em pressupostos psicológicos ou tecnológicos. A resposta só pode ser uma: desde o início, o modelo de equilíbrio geral, assim como todos os modelos neoclássicos, pressupõe uma forma específica de sociedade, uma sociedade mercantil, onde os indivíduos detêm a propriedade privada da riqueza social, onde as trocas mercantis são reguladas pelo mercado, onde a sociedade é tida pelo indivíduo como um meio para atingir seus fins particulares; pressupõe, enfim, a sociedade burguesa moderna.

3 A crença na validade deste projeto foi mais forte entre alguns pensadores do século XIX, entre eles muitos economistas, como foi o caso do jovem J. S. Mill, que apresenta sua posição a este respeito no famoso artigo intitulado "Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela". O próprio Mill, entretanto, procura abrandar suas reducionistas em sua obra madura, ao se dar conta do significado essencialmente anti-humanista que estas carregariam.

4 Na verdade, ele também poderia empregar parte de sua dotação inicial de recursos para produzir aquilo que deseja consumir. Mas, se esse fosse o caso, apenas por uma questão formal, diz-se que ele vendeu parte de sua dotação inicial para uma firma que o pagou com os bens e serviços produzidos com esses recursos.

Dessa forma, o modelo de equilíbrio geral, ou qualquer outro modelo econômico existente, não reduz efetivamente o social ao psicológico e ao técnico. Para aqueles economistas que têm por objetivo último tal redução, se é que ainda existem economistas que pensam assim, isso continua sendo um problema crucial. Entretanto, isso não é problema para aqueles teóricos que não têm pretensão de realizar tal redução. Com efeito, diversos defensores do programa neoclássico argumentariam, com razão, que evidentemente, o comportamento humano depende, em grande medida, da estrutura sócio-econômico-cultural na qual os homens estão inseridos; que, reconhecidamente, essa estrutura, fruto de longo desenvolvimento histórico, não pode, de modo algum, ser explicada exclusivamente a partir de elementos psicológicos ou naturais de qualquer espécie; que é exatamente por isso que os modelos econômicos assumem, como ponto de partida, alguns pressupostos que refletem as especificidades das sociedades modernas; e que, entretanto, isso não tira a importância de tais modelos, uma vez que eles servem de instrumento eficaz de previsão e de compreensão do fatos econômicos.

Embora possa ser uma crítica a uma eventual pretensão reducionista da teoria econômica neoclássica, o que se apresentou até aqui não pretende ser, portanto, uma crítica a essa teoria em si. Servirá, contudo, como ponto de apoio à argumentação que se segue, onde defende-se que a teoria neoclássica deixa lacunas no entendimento de alguns problemas econômicos, lacunas estas que podem ser preenchidas por teorias alternativas.

2 - NOVAS QUESTÕES

Se, contrariando uma visão reducionista da sociedade, assumirmos que as formas da vida social são irredutíveis, precisaremos evitar outro erro: atribuir a essas formas sociais uma existência entitativa, completamente independente dos agentes sociais⁵. Evidentemente as formas pelas quais a sociedade se estrutura só existem porque são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos desta sociedade. Um entendimento adequado da sociedade requer, portanto, a compreensão do processo de gênese das formas sociais e de como essas formas se reproduzem através do comportamento individual dos agentes sociais, isto é, de como os indivíduos são levados a repor as condições necessárias à permanência dessas formas.

A teoria neoclássica não é capaz de cumprir tal tarefa, pois ela parte, conforme vimos, de formas sociais já estabelecidas e não se pergunta sobre a sua origem nem sobre as condições de sua reprodução. Supõe implicitamente que esta reprodução não é problemática e que, portanto, podemos assumir essas formas como algo imutável⁶. Ora, essa suposição, embora seja necessária à modelagem

5 Este é um erro que aparece freqüentemente, por exemplo, entre os autores marxistas, para os quais a explicação de um fato está completa quando se mostra a sua funcionalidade para o capital, dispensando-se qualquer referência ao que leva os agentes sociais a engendrar tal fato. Observe-se que este não era o procedimento explicativo adotado por Marx. Se sua obra causa tal impressão isto se deve à sua constante preocupação em mostrar a intervenção de fins em meios que se verifica nas sociedades capitalistas.

6 Entenda-se novamente que não se trata aqui de fazer a crítica da teoria neoclássica em si, mas sim a crítica daqueles que procuram estender a validade dessa teoria para além de seus limites. Que a economia neoclássica deveria ser complementada por disciplinas históricas, por exemplo, já era reconhecido por Jevons: "A economia política - afirma ele - está num estado caótico no presente, porque se faz necessário subdividir uma

econômica, não é adequada para a compreensão de alguns problemas tipicamente econômicos, como procurar-se-á argumentar aqui através de três exemplos.

Um primeiro problema que não pode ser bem compreendido simplesmente a partir da teoria neoclássica é ligado à teoria do desenvolvimento econômico. Quando nos perguntamos de que maneira um país pode passar de uma situação de subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento, devemos levar em conta que essa passagem só é possível se novas formas de relações sociais (normalmente relações típicas das sociedades capitalistas modernas) forem introduzidas nesse país. Assim sendo, um ponto importante, senão o mais importante, para a compreensão dos processos de desenvolvimento econômico é o estudo das condições de emergência dessas formas sociais.

A teoria neoclássica também é incompleta quando procuramos instrumentos para avaliar normativamente as economias modernas. Não se trata aqui da capacidade da teoria oferecer bons critérios normativos (ela tem um: o da eficiência paretiana) mas sim de sua capacidade de lançar luz sobre problemas relevantes do ponto de vista normativo. Por exemplo: pode ser considerado indesejável que os membros de uma sociedade estejam sempre insaciados materialmente apesar de terem já supridas suas necessidades básicas de alimentação, moradia, educação e saúde. Se quisermos avaliar uma formação social sob esse ponto de vista, a teoria neoclássica nada pode nos oferecer, pois ela parte do princípio de que as preferências individuais são dadas, isto é, ela não se preocupa com a questão da formação dessas preferências. Se utilizarmos um instrumental teórico, por outro lado, que leve em consideração como a formação de preferências faz parte do processo de reprodução social, podemos chegar à conclusão de que determinada forma social é má (ou boa) porque leva (ou não leva) cada indivíduo isolado (ou grupos isolados de indivíduos) a buscar induzir, através da propaganda, por exemplo, em outros indivíduos, necessidades materiais crescentes.

Em último lugar, uma teoria da reprodução social, mais especificamente, uma teoria da reprodução das formações econômicas, talvez pudesse explicar as crises econômicas de modo mais satisfatório do que é feito pela economia tradicional. Isso simplesmente porque provavelmente grande parte das crises econômicas podem ser, na verdade, crises de reprodução das modernas estruturas econômicas.

3 - KARL MARX: UMA FONTE DE REFERÊNCIA

Se, seguindo o que foi sugerido acima, passarmos a dar maior ênfase ao estudo das condições de emergência e de reprodução das formas sociais vigentes, não podemos deixar de ter por referência a obra madura de um dos mais polêmicos economistas clássicos - Karl Marx. Esse autor reinterpreta a economia clássica inglesa atribuindo às suas leis o caráter de leis específicas de uma determinada forma de organização econômica, o capitalismo. Ademais, sua postura crítica frente ao capitalismo leva-o a indagar-se sobre as condições de reprodução e sobre o devir histórico desta formação social.

esfera demasiado extensa do conhecimento. (...) Só mediante o reconhecimento de um ramo da *Sociologia Econômica*, possivelmente junto com três outros ramos da ciência estatística, jurídica ou social, poderemos salvar nossa ciência desse estado desordenado" (Jevons, S., 1986, p. 37, *itálicos adicionados*). Um pouco mais acima, ele explica que entende por sociologia "A Ciência da Evolução das Relações Sociais" (*Ibid.*).

Mas o que faz de Marx um autor digno de nota, segundo o ponto de vista aqui defendido, são também os resultados interessantes que ele obtém em sua obra. Sem dúvida, um dos mais interessantes desses resultados consiste na derivação de todas as complexas relações com as quais ele lida, a partir do desenvolvimento de uma forma social básica, a mercadoria, que ele considera "a forma celular da economia" (Marx, 1983, p. 12) das sociedades burguesas. É de se destacar ainda que, partindo da mercadoria como forma social, Marx consegue introduzir em sua teoria dois objetos que recursivamente embaraçam os economistas - o dinheiro⁷ e o capital.

Observe-se ainda o potencial crítico do trabalho de Marx. Este se manifesta em dois aspectos fundamentais e interligados. Primeiramente Marx procura mostrar como as relações econômicas capitalistas aparecem aos agentes sociais como relações que lhes são externas e independentes e que impõem-se a eles como leis naturais e cegas⁸. Em segundo lugar, Marx mostra como o sistema econômico capitalista acaba por interverter a finalidade da produção social - esta que, do ponto de vista individual, parece ser a satisfação das necessidades de consumo, revela-se, quando o sistema é considerado em seu conjunto e em movimento, como a constante obtenção de (mais) valor, a obtenção de valor de uso sendo relegada a mera finalidade aparente, embora real, do sistema⁹.

Digna de nota ainda é a conotação que Marx dá às crises econômicas no capitalismo. Para ele, elas sempre aparecem como crises de reprodução, seja nas crises cíclicas de realização, quando o capital não consegue retornar à sua forma adequada de valor, o dinheiro, resultando na impossibilidade de realização tanto do valor como do valor de uso das mercadorias, seja numa eventual crise final do capitalismo, quando este, devido às próprias necessidades de sua reprodução acaba por solapar a sua base de valorização.

Evidentemente, é preciso ter em mente que Marx não dá resposta a todos os problemas relevantes para os nossos dias. O problema do desenvolvimento econômico pensado como um problema de implantação das relações capitalistas, por exemplo, não foi abordado por ele de maneira satisfatória. É verdade que Marx esboça, principalmente nos *Grundrisse*, quais seriam as precondições históricas do surgimento do capitalismo, a saber, o surgimento de uma classe de trabalhadores livres "de toda a propriedade" (Marx, 1985, p. 57), por um lado, e, por outro lado, a acumulação de meios de subsistência e de dinheiro capaz de adquirir esses meios nas mãos de outros grupos sociais. Essas condições não são, entretanto, ao que parece, suficientes para garantir a dominação das relações capitalistas. Antigas formas de dominação parecem resistir por muito tempo em economias subdesenvolvidas onde essas condições já foram preenchidas e entravar um processo de aumento significativo da capacidade produtiva.

Existem ainda outras lacunas e problemas mais sérios na obra de Marx. Um deles é a crença exagerada que este autor depositava na razão humana. Ele parece sugerir que a humanidade poderia ter um controle sobre as condições de produção e distribuição da riqueza de tal monta, que seria possível dispensar qualquer tipo de organização sistêmica da economia, isto é, que seria possível

-
- 7 Para uma discussão mais detalhada sobre a dificuldade encontrada por uma série de economistas ao lidar com o dinheiro e sobre a forma como este é pensado por Marx, ver Paulani, 1991.
 - 8 Este tema é desenvolvido de uma forma mais explícita no item 4 do capítulo 1 do livro primeiro de *O Capital*, "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo", mas aparece recorrentemente em toda a obra econômica do Marx maduro.
 - 9 Da mesma forma ele procura mostrar que a liberdade, a propriedade e a riqueza humanas são, em essência, no capitalismo, não liberdade, não riqueza e não propriedade. Ver, a esse respeito, Fausto, 1983, pp. 46-47.

ter um controle sobre as condições de produção e distribuição da riqueza de tal monta, que seria possível dispensar qualquer tipo de organização sistêmica da economia, isto é, que seria possível abolir por completo a forma mercadorista. A experiência histórica recente do assim chamado socialismo real mostrou os perigos decorrentes da adoção dessa crença como guia de um projeto político efetivo. Em grande parte, o erro de Marx parece derivar do fato de que ele não foi capaz de notar que as grandes organizações humanas, mesmo quando concebidas pelo homem, como é o caso das organizações burocráticas, acabam por assumir uma autonomia frente aos indivíduos que as suportam assim como uma propensão a interverter fins semelhantes aos do sistema capitalista.

Concluindo, a obra de Marx é uma referência importante e talvez fundamental para o desenvolvimento de uma análise das economias modernas que leve em consideração a existência de formas sociais históricas e que quer compreender tanto a emergência quanto a reprodução de tais formas. Todavia, é preciso ser cauteloso e reconhecer que esta obra, como qualquer obra humana, está repleta de problemas e dificuldades, que ela foi escrita no século passado, não podendo, por isso, levar em consideração todas as características relevantes das sociedades modernas, e que, portanto, embora servindo de referência ou mesmo ponto de partida, ela deve ser criticada e superada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBREU, G. - *Theory of Value*. Yale University Press, 1959.
- FAUSTO, Ruy - *Marx: Lógica e Política*, Tomo I. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____ - *Marx: Lógica e Política*, Tomo II. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- JEVONS, W. S. - *A Teoria da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1986.
- MARX, K. - *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____ - *Grundrisse*. Cidade do México, Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- _____ - *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1987.
- OLIVEIRA, R. Guena - *A Questão do Valor em Marx*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.
- PAULANI, Leda - *Do Conceito do Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.
- STUART MILL, J. - *Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1974.

A PROFISSÃO DE ECONOMISTA: SENSO COMUM, COMPROMISSO POLÍTICO E PROBLEMAS DA FORMAÇÃO

*Alceblades Godoy Espíndola¹
Lineu Carlos Maffezoli²*

1 - SENSO COMUM E COMPROMISSO POLÍTICO

Há, na sociedade, uma completa desinformação do que venha a ser a profissão de economista. Se, por exemplo, os estudantes que iniciam um curso de Economia forem questionados sobre esse tema, a grande maioria dirá que Economia é a ciência que estuda a maneira de gerenciar negócios de forma lucrativa, bem como aquela que ensina a melhor forma de obter ganhos com aplicações especulativas (dólar, ouro, bolsa de valores, títulos públicos, etc.). Porém, essa desinformação possui uma outra consequência, que, a nosso ver, é extremamente grave. Está se tornando senso comum atribuir aos economistas a culpa pela grave crise que o país atravessa, ou, quando menos, duvidar de suas possibilidades em ajudar a superá-la.

É óbvio que responsabilizar os economistas pelo atual quadro é uma forma de encontrar um "bode expiatório". Os médicos não são responsáveis pela precária situação da saúde, ou os pedagogos pela caótica condição do ensino, nem mesmo os engenheiros pelo desperdício na construção civil (um prédio é desperdiçado, para cada três contruídos), os advogados pela morosidade e ineficiência da justiça, ou os administradores pela incompetência produtiva das empresas que atuam no Brasil, sejam elas nacionais ou não. Da mesma forma, os economistas não são responsáveis pela crise econômica, que é a herança de um processo histórico onde muitas arbitrariedades foram cometidas, principalmente - mas não exclusivamente - durante o regime autoritário.

O que deve ser motivo de reflexão para os economistas, suas entidades representativas e cursos de graduação em Economia, pode ser sintetizado nas seguintes questões: por que a sociedade atribui aos economistas a responsabilidade pela crise? E, por que desacredita de seu potencial de ajuda?

1 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCAMP. Mestrando em Economia da PUC/SP

2 Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e Administrativas - FCECA/PUCAMP e da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Doutorando em Economia Aplicada do Instituto de Economia da Unicamp.

Sem sombra de dúvidas, a falta de condições, por parte da sociedade, para fazer a distinção entre o que seja mera retórica política assumida por economistas no exercício de cargos políticos, e o que seja uma proposta calcada em argumentos da Ciência Econômica, responde em grande parte essas questões. Em geral, quem assume um cargo de gerência de políticas públicas na área econômica, seja economista ou não, adota um discurso muito mais calcado no interesse em conseguir apoio do conjunto da sociedade, ou de algum grupo politicamente forte, que nas análises propiciadas pela Ciência Econômica.

Um outro fator que também contribuiu para essa descrença na profissão do economista foi a falta de projeto político dos governos, mesmo os mais recentes, incapazes de formular uma proposta clara para o país, "jogaram todas as suas fichas" na política econômica. Como a política econômica possui características que permitem a sua manipulação unilateral pelo Governo (vide congelamentos, altas taxas de juros, confisco de cruzados etc...), seus integrantes utilizaram-na largamente para poderem agir em busca de interesses particulares, à revelia do apoio da sociedade, conquistável somente a partir de uma proposta com potencial de convencimento.

Porém, todos sabemos que esses fatores explicam grande parte do problema, mas não todo ele. E não podemos fechar os olhos para o fato de que muitos economistas, que, estando fora do governo, foram coniventes com essas atitudes, porque foram formados na crença de que existem fórmulas "mágicas" para a solução dos problemas econômicos. Empregam axiomas matemáticos para previsão de demanda e de oferta, para apontar o efeito da tributação e dos subsídios sobre a produção e os preços e que determinam quais os motivos da inflação. Em suma, nesta visão, que escolhe apenas um dos muitos paradigmas da Economia, não haveria problemas econômicos que não fossem previsíveis e superáveis através de receituários "infalíveis". A sociedade, por sua vez, ouvia esperançosa, as explicações e receitas salvadoras que os economistas apontavam, porém, à medida que as fórmulas aplicadas se apresentaram ineficazes, a utopia acabou e sobrou apenas o descrédito e a cobrança.

Para reverter o atual quadro e resgatar a credibilidade da profissão do economista frente ao mercado de trabalho e a toda sociedade, faz-se necessário que os economistas, as entidades que o representam e, principalmente, os cursos de graduação que frequentam, façam uma profunda reavaliação dos princípios que norteiam a formação profissional. Proposta para esta reavaliação já existe, pois em 1985, foi colocado em vigor, em caráter obrigatório, um novo currículo mínimo fundamentado em novas diretrizes.

2 - A NOVA PROPOSTA: A FORMAÇÃO DESEJADA³

O que diferencia o homem dos demais animais é sua capacidade de raciocinar. Portanto, o que se espera é, antes de mais nada, que o ser humano pense. Deve ele ser capaz de poder refletir sobre "a complexa teia de relações sociais que (...) constroi no dia-a-dia de seu viver e no seu conviver, quer no plano pessoal, quer no plano social em todas as suas dimensões", independentemente da opção profissional que tenha feito.

³ Os trechos entre aspas se referem ao Parecer nº 375/84 do Conselho Federal de Educação (CFE), in Documenta (282), Brasília, junho de 1984.

Para aqueles que pretendem seguir a profissão de economista, a condição necessária é que tenham a capacidade de refletir a teia de relações sociais em um campo específico, o da produção e distribuição da riqueza, denominada de atividade econômica, que se torna cada vez mais complexa com o avanço da sociedade capitalista.

Um economista capaz de fazer tal reflexão não pode ser formado apenas do ponto de vista técnico. Deve, sim, ter a sua formação orientada por um senso ético e por uma postura política que o torne permanentemente preocupado com a coletividade em que está inserido. Isto não significa abrir mão do instrumental técnico necessário para a sua formação e posterior atuação profissional, mas entender que a Ciência Econômica, nesta concepção, é reconhecida como uma Ciência Social. "A Economia existe para o Homem, não o Homem para a Economia" devendo esta, portanto, "servir-lhe sem dele se servir".

Outro requisito se faz ainda necessário nesse processo de formação: o de apresentar e discutir seriamente os diversos paradigmas formadores da Ciência Econômica, seus objetos de análise, suas metodologias de produção de conhecimento, bem como seus pressupostos teóricos, buscando, assim, manter o caráter plural na formação do bacharel em Economia

Há, por outro lado, a necessidade de reconhecer o limite da Ciência Econômica para responder aos problemas colocados pelo movimento da produção capitalista e por seus perversos reflexos sociais, o que significa buscar auxílio das demais áreas de conhecimento que compõem as Ciências Humanas, num processo de formação profissional multidisciplinar.

Por fim, vale dizer, que a formação do economista deve estar profundamente comprometida com o estudo da realidade brasileira na busca da compreensão dos seus complexos problemas e de suas prováveis soluções.

Todas estas concepções nortearam a elaboração de uma nova proposta de currículo mínimo para os cursos de graduação em Economia, em vigor, desde 1985, a partir da Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação (C.F.E). Esta nova proposta foi elaborada após longo período de debates, envolvendo as entidades representativas dos profissionais economistas (tais como COFECON, CORECONs, Sindicatos e Associações de Economistas), bem como as entidades de ensino.

A necessidade desta nova proposta se justificou em função de que o currículo até então vigente, além de estar defasado no tempo, pois fora instituído em 1962, era marcadamente influenciado pelo pensamento neoclássico. Tal visão teórica, que ainda domina o pensamento econômico no Brasil, já vinha sendo criticada nas economias avançadas pelo seu baixo poder explicativo frente aos recorrentes desequilíbrios econômicos do sistema capitalista, e também pela reconhecida falta de sensibilidade de suas propostas para com as consequências sociais decorrentes do instável quadro capitalista. Vale dizer, tal matriz teórica tinha se tornado obsoleta e ultrapassada, diante da complexidade que o capitalismo já havia atingido nas economias centrais e até mesmo no Brasil.

Em decorrência da busca deste perfil de profissional, e da melhoria na qualidade de sua formação, o novo currículo trouxe em seu bojo a obrigatoriedade da elaboração de uma monografia para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas. Esta inovação representa claramente um avanço na medida em que exige um trabalho de reflexão individual e a articulação de teoria frente a problemas práticos, por parte do futuro economista, buscando melhor capacitá-lo para enfrentar os requisitos cada vez mais exigentes do mercado de trabalho.

Tem-se levantado, entretanto, uma falsa questão a respeito da monografia: a de que ela teria se tornado um obstáculo para os alunos. Na realidade, o problema, quando existe, se encontra na deficiência dos cursos que não assimilaram a nova proposta em sua plenitude, não criando condições

concretas para a formação de um futuro profissional com o perfil desejado e com capacidade de executar tal tarefa.

Não se desconhece as dificuldades de adaptação por parte das escolas de economia, e não somente das particulares, a esta nova proposta, uma vez que implica em gastos com melhorias na infraestrutura física, com renovação do acervo bibliográfico e, especialmente, com reciclagem de seu corpo docente e atividades de pesquisa que dêem suporte às novas exigências. Todavia, é inegável que o objetivo do novo currículo é formar profissionais com melhores condições para enfrentar os complexos desafios colocados pela realidade sócio-econômica brasileira.

PROFISSÃO DE ECONOMISTA

ASPECTOS LEGAIS

A Legislação básica da profissão de Economista é a seguinte:

- 1 - Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.
Dispõe sobre a profissão do Economista.
- 2 - Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952.
Aprova o regulamento que dispõe sobre o exercício da profissão de Economista.
- 3 - Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e Lei nº 6.537 de 19 de junho de 1978.
Alteram dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.

Resoluções do Conselho Federal de Economia - COFECON

- 1 - Resolução nº 67, de 14 de outubro de 1957; Resolução nº 860, de 02 de agosto de 1974 e Resolução nº 1.377, de 06 de janeiro de 1978.
Conceituam, definem, classificam e regulamentam os serviços profissionais do Economista e dispõe sobre o exercício das atribuições que lhe são privadas.
- 2 - Resolução nº 875, de 11 de outubro de 1974 e Resolução nº 1.466, de 12 de outubro de 1979.
Regulamentam o registro de pessoa jurídica nos Conselhos Regionais de Economia.
- 3 - Resolução nº 1.337, de 11 de novembro de 1977.
Aprova a tabela de honorários do Economista.
- 4 - Resolução nº 283, de 12 de setembro de 1968 e Resolução nº 1.015, de 17 de outubro de 1975.
Aprova o Código de Ética do Economista.

Além da Legislação básica da profissão, existem outras resoluções do COFECON de interesse do profissional que podem ser obtidas junto ao CORECON-SP.

ENTIDADES DE CLASSE

Os Economistas contam em São Paulo com três Entidades que protegem seus direitos e lhe dão assistência. São elas:

1 - O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA (CORECON) 2ª Região, que abrange todo o Estado de São Paulo, que tem por finalidade: disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, expedir carteiras profissionais, impor penalidades conforme a Lei, organizar e manter o registro profissional dos Economistas da Região. *Só os profissionais registrados no CORECON, podem exercer a profissão de Economista.* A condição indispensável para o registro é a apresentação do Diploma de Bacharel em Ciências Econômicas, expedido por Faculdades Oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal.

O registro poderá ser concedido a título provisório, com a apresentação do certificado ou atestado de conclusão do curso expedido pela respectiva Faculdade.

É obrigatório também o registro de empresas, entidades e escritórios que explorem atividades técnicas de Economia e Finanças.

O CORECON fornece carteira de identidade profissional que é aceita por qualquer autoridade como prova de identidade. O CORECON também edita mensalmente: *O Jornal do Economista e a Carta de Conjuntura ECONOMIA EM PERSPECTIVA.*

O CORECON tem sede no Viaduto Nove de Julho, 26, Capital, e Delegacias Regionais criadas e instaladas nas seguintes Cidades: Jundiá, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Baurú, São José do Rio Preto e São José dos Campos.

2 - O SINDICATO DOS ECONOMISTAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDECON), tem sua base na legislação trabalhista e está instalado no mesmo edifício do CORECON e da ORDEM DOS ECONOMISTAS. O SINDECON tem como prerrogativas representar os interesses da Classe ou interesses individuais dos Economistas em assuntos relativos à profissão, assim como celebrar contratos coletivos de trabalho. Para ingresso no SINDECON precisa ser registrado no CORECON.

3 - A ORDEM DOS ECONOMISTAS DE SÃO PAULO é uma entidade civil, de utilidade pública (Lei Estadual nº 2.145, de 16 de junho de 1953 e Decreto Municipal nº 11.967 de 24 de abril de 1975), que tem por objetivo zelar pelo prestígio da Classe e pela ética profissional; promover a união da classe, estreitando a convivência social de seus membros, incentivar o estudo, promoção e aperfeiçoamento da cultura das Ciências Econômicas. Pode pertencer a ordem todo Economista como membro efetivo, e o estudante de economia como membro aspirante.

CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

São diversos os setores em que o Economista pode encontrar campo para sua ATUAÇÃO. Setores que geralmente necessitam do trabalho profissional do Economista: O Governo, onde se incluem todas as instituições governamentais, da administração direta e indireta; as Empresas Públicas e Privadas, independentemente do seu ramo de atividade; o mercado de Capitais e Financeiro, os bancos de investimentos, as companhias Financeiras, de seguros e as de distribuição e corretagem de valores; os Institutos de Pesquisas Econômicas Públicos e Privados; órgão de Classe.

Campinas e Região contam com uma Delegacia Regional para atender os Economistas no que concerne a seus problemas profissionais, além de oferecer a seus associados um amplo espaço para a realização de eventos da categoria, bem como, para promoção de cursos de aprimoramento da condição profissional, oferece também diversos convênios para melhor atender suas necessidades.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler
Dom Gilberto Pereira Lopes

Magnífico Reitor
Prof. Gilberto Luís Moraes Selber

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos
Prof. Alberto Martins

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e
Administrativas**
Prof. José Geraldo Souza Carreira

**Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e
Administrativas**
Prof. José Homero Adabo

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
2ª REGIÃO - SÃO PAULO
SINDICATO DOS ECONOMISTAS,
NO ESTADO DE SÃO PAULO
ORDEM DOS ECONOMISTAS**

Os economistas - e estudantes de economia - de Campinas e Região podem desfrutar do amplo espaço de nossa Delegacia Regional e toda a programação em desenvolvimento para 1994.

Continuaremos dando novos passos, avançando com nosso compromisso de valorização profissional.

Vários produtos estão à sua disposição em nossa regional - venha conhecê-los!

DELEGACIA REGIONAL DE CAMPINAS

Corecon - Sidecon

Av. Imperatriz Leopoldina, 80 - 1º e 2º andares

horário - das 9 às 19 horas

Tel.: (0192) 42-3142

